



Redes de Sociabilidade na Amazônia e Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM)

Social Networks in the Amazon and Territorial Urban-Riverine Systems in Parintins (AM)

Estevan Bartoli¹ 

Resumo

O objetivo do artigo é descrever e analisar redes de sociabilidade de famílias que transitam entre cidades em interiores de Parintins – AM. Propõe-se convergências teórico-metodológicas entre a análise de redes sociais (ARS) e a abordagem dos sistemas territoriais em geografia. A metodologia parte da colaboração de estudantes do curso de geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), cujas dinâmicas familiares fazem parte do Sistemas Territorial Urbano-Ribeirinho. A descrição das trajetórias de vida, estruturas das redes de sociabilidade, aspectos relacionais e ambientais, proporciona construção de um quadro metodológico que, relacionado aos resultados, nos permite interpretar tais redes como territorialidades ativas, passíveis de serem convertidas em mecanismos descentrados de governança.

Palavras chave: redes; sociabilidade; sistemas territoriais.

Abstract

The objective of this article is to describe and analyze the social networks of families moving between cities in the interior of Parintins, Amazonas. It proposes theoretical and methodological convergences between social network analysis (SNA) and the territorial systems approach in geography. The methodology is based on the collaboration of geography students at the Amazonas State University (UEA), whose family dynamics are part of the Urban-Ribeirinho Territorial Systems. The description of life trajectories, social network structures, and relational and environmental aspects provides the construction of a methodological framework that, linked to the results, allows us to interpret these networks as active territorialities, capable of being converted into decentralized governance mechanisms.

Keywords: networks; sociability; territorial systems.

¹ Universidade do Estado do Amazonas. Parintins, Amazonas, Brasil. E-mail: ebartoli@uea.edu.br

Introdução

O artigo visa contribuir com avanços nos debates recentes realizados nos Colóquios Geografia Fora do Eixo I (Castro *et al.*, 2022), e II (Gonçalves; Saquet, 2023)², que versam, entre outros assuntos, da valorização de *abordagens situacionais*, refletindo sobre os paradigmas que as alicerçam: (i) propostas de práxis territorial de pesquisa-ação-participativa, que embasam a ciência popular vinculada ao povo de cada território e lugar (Saquet, 2022); (ii) valorizar abordagens do lugar com escalas nas quais o sentido de pertencimento, de identidade, de ‘ser’ são fundantes (Castro; Sodré, 2022); (iii) a busca pela autodecolonialidade pautada no entendimento do cotidiano, permitindo realizar a ciência pós-ocidental, decolonial, ética, democrática e situada (Ferreira, 2022); (iv) análise das apropriações territoriais e a territorialização dos movimentos sociais, em suas múltiplas dinâmicas, em como transformam identidades e criam valores, normas e instituições (Fernandes, 2022); (v) renovação teórico-metodológica para estudos do processo urbano na Amazônia, com centralidade nos sistemas territoriais situacionais e suas complexas interações co-evolutivas (Bartoli, 2022, 2023).

Como fenômeno espacial relacionado a avanços da colonização do território, o processo de urbanização regional tem sido marcante na Amazônia. Por ocorrer de modo mais acelerado do que no restante do país nas últimas três décadas, o processo vem causando desigualdades socioespaciais gritantes³, gerando aumento da pobreza, da violência, e a consolidação da região no mapa da insegurança alimentar. As lutas de povos indígenas, quilombolas, e populações tradicionais tem ganhado relevância cada vez maior, conseguindo protagonismo de lutas territoriais. Mas, com a centralidade nesses movimentos socioterritoriais⁴ (Fernandes, 2022), ofusca-se numerosas outras manifestações socioespaciais dinâmicas, advindas de populações residentes em extensos bolsões de pobreza urbanos (com intensas conexões com entornos florestais e ribeirinhos), cujo estado do Amazonas desponta com o maior número de pessoas residindo em favelas no Brasil (IBGE, 2022). Essas margens invisíveis, para além das

² Dossiê: II Colóquio Geografias fora do eixo e decolonialidade, v. 40 n. 4 (Especial) (2023): Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/issue/view/3592>

³ A recente publicação do Atlas de cidades pequenas brasileiras, da rede Mikripoli, demonstra a gritante disparidade socioeconômica da Amazônia em relação ao restante do país. Disponível em: <https://iperfileditora.com.br/produto/atlas-de-pequenas-cidades-mikripolitanas>

⁴ Como escolha conceitual, opta-se por usar o termo socioespacial durante o texto, para diferenciar de socioterritorial, mais vinculado a reivindicações territoriais advindas de movimentos sociais.

metrópoles, formam periferias em cidades pequenas e médias com dinâmicas ribeirinhas e fluviais, possuindo manifestações territoriais extremamente dinâmicas.

Com manutenção e/ou retomada de vínculos com territórios de origem e de afetos, populações das periferias urbanas conformam desenhos territoriais situacionais considerados com trunfos de resistência. Nesse contexto urbano-ribeirinho, o objetivo do texto é analisar as estratégias e práticas utilizadas para mobilizar redes de sociabilidade em ambientes de rápida transmutação (migrações recentes para cidades imprimindo mudanças no tamanho e densidade das redes).

Como objetivo específico, busca alicerçar a necessidade da proposição de estatutos de territórios, embasado na ocorrência de micro governanças e co-construídos por, e para as populações locais a partir da análise de suas redes de sociabilidade. Visa-se contribuir para o debate sobre formas de inovações institucionais, considerando as diversas iniciativas em andamento na Amazônia. Como hipótese, afirma-se que o recente processo urbano em curso na Amazônia tem impactado em trajetórias de vida das populações, onde oportunidades de estudo e trabalho, remodelam redes entre cidades e interiores, alterando conteúdos e formas de vínculos socioespaciais. Mas, pela forma incompleta com que as oportunidades relacionais se manifestam nas cidades, a manutenção e a reconstrução de redes pretéritas tornam-se necessárias, conformando o que denominamos como Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR).

Nesse cenário de intensificação do processo urbano, as análises centram nas territorialidades de populações que transitam entre as cidades e interiores. Trata-se da continuidade de estudos relativos à existência do STUR, contando com duas publicações nos Colóquios Geografia Fora do Eixo (Bartoli, 2022, 2023). Como tem se manifestado a construção de alternativas de vida? Como o processo de urbanização influencia no tipo de escolhas dos indivíduos (trajetórias de vida), afetando suas redes de sociabilidade? Como tais escolhas implicam em consequências que afetam os vínculos territoriais? Enfim, quais aspectos de micro governanças nas redes de sociabilidade podem ser aportes para planejamentos territoriais? Como podem auxiliar no âmbito de políticas territoriais conformando propostas de estatutos territoriais?

Para isso, usa-se artifícios do diagnóstico e mapeamento colaborativo, a partir da análise multidimensional, com aplicação de formulários e construção de cartografias colaborativas e narrativas de trajetórias de vida. O aprofundamento analítico ocorre em

investigações realizadas por discentes do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA - campus de Parintins), cujas famílias residem nos chamados “interiores” (termo êmico que corresponde às zonas rurais, comunidades, vilas e territórios indígenas ou quilombolas), que apresentam intensificação das relações com as cidades. Essa construção de pesquisa participante, partido de realidades “marginais”, busca elucidar situações de redes de sociabilidade e suas dinâmicas no STUR (com “olhares” posicionados tanto a partir das cidades e/ou dos interiores), considerando as complexas tramas territoriais multidimensionais e escalares.

Apresenta-se, no primeiro momento, reflexões sobre cenários relativos ao controle do território, enfatizando embates paradigmáticos, disputas por imaginações geográficas (novos paradigmas de acumulação capitalista), e, principalmente, as lacunas existentes para avanços de planejamentos participativos e rebeldes de ordenamentos territoriais. No segundo momento, apresenta-se reflexões sobre sistemas territoriais, os papéis das redes de sociabilidade, aportes teórico-metodológicos e o entendimento das situações geográficas. Como famílias oriundas de ambientes rurais e urbanos reconstroem estratégias relacionais em redes de sociabilidade, constituindo territorialidades e tramas territoriais? Para isso, elenca-se resultados relativos às vertentes do STUR, base da investigação de situações particulares das comunidades dos grupos dos discentes, considerando os contextos em que as redes estão submetidas: i) aspectos físicos e topológicos; ii) estratégias e escalas de ação; iii) produção e configuração do espaço urbano; iv) formação de circuitos econômicos duais e complementares; v) elementos simbólico-culturais; vi) contextos situacionais; vii) polarização e centralidades; viii) conflitos e disputas territoriais.

No terceiro momento apresenta-se resultados e discussões sobre as redes no STUR, cujo balizamento relativo ao entendimento de aspectos co-evolutivos no interior das vertentes, corrobora com a necessidade da análise situacional. Apresenta-se o quadro metodológico com as vertentes do STUR relacionadas aos critérios de análise das redes de sociabilidade. A partir da síntese de 14 relatórios oriundos de exemplos de cartografias colaborativas, demonstra-se a densidade e complexidade das territorialidades. Constata-se o impacto das recentes migrações para as cidades, assim como a influência do fenômeno urbano, onde a possibilidade de construção de estatutos de territórios, considera aspectos de governança existentes nesses territórios-rede.

Novas faces do controle do território e disputas paradigmáticas na Amazônia: a cidade e o processo urbano em questão

Durante a invasão colonizadora da Amazônia, a geopolítica garantiu ao governo português o controle do território, mesmo sem obter correspondente aumento populacional ou dinamização da economia (Becker, 2004). Com o acirramento das disputas interestatais entreguerras no século XX, avanços das frentes de ocupação e colonização capitalistas intensificados pelo período ditatorial empresarial-militar (pós 1964), estratégias diversas foram adotadas para o assegurar a soberania nacional sobre o espaço amazônico. Acelerando a implementação de projetos que reforçavam paradigmas fossilista-fordista e neodesenvolvimentistas, a conversão da natureza em mercadoria, e o estabelecimento de frentes mercantis/empresariais, continuam avançando (Castro, 2016).

Frente à irrequieta produção espacial capitalista, cujas contradições foram aceleradas por crises neoliberais a partir da década de 1990 (Harvey, 2005), diversas concepções e paradigmas sobre ordenamento de territórios, vem formando frentes variadas, como destaca estudos de Vinha (2021). Na Amazônia, embasado na valoração da “floresta em pé”, o paradigma biotecnológico flexível visa apropriação de estoques de matérias-primas genética, energética, mineral, com configurações flexíveis e de financeirização, que pretendem valoração de serviços ecológicos ecossistêmicos (Malheiro; Porto-Gonçalves; Micheloti, 2021). Entre outras vertentes, cujos posicionamentos são perpetrados por agentes hegemônicos, uma miríade de termos como a indústria 4.0, as tecnologias verdes, biocosméticos (entre tantos outros), visam propiciar a reprodução do capital com pretensa conservação. Bioeconomia, empreendedorismos, inclusões digitais, “*smartificação*” de territórios, e um extenso cabedal de termos “da moda”, ratificam a nova roupagem de um capitalismo “verde” (Cardoso, 2020). A maneira como tais processos tem causado desestruturação social, étnica e espacial, acelerando processos de alienação territorial e o neo-extrativismos de commodities, são temáticas importantes para pesquisas visando propostas alternativas.

Recentemente, junto aos paradigmas supracitados (que se fundem e se sobrepõem, confundindo a sociedade a partir de discursos liberais, neo-coloniais e/ou sustentáveis), presenciamos uma guerra cultural, política e econômica implementada por setores da extrema direita nacional e global. Legitimando práticas socioambientais destrutivas, realizando desmontes de instituições e setores de regulação estatais (desde órgãos

ambientais aos institutos federais e universidades), praticam a permissividade da violência generalizada, induzindo ao massacre de povos originários. Com acentuação do desmatamento e proliferação de padrões arcaicos de exploração regional (desde garimpos às estratégias de milicianização e redes de ilegalidades diversas), o território amazônico sofre aumento vertiginoso da presença do crime organizado com aumento da violência socioambiental (Lima; Aiala, 2023).

Essas configurações atingem populações amazônicas que passam a ser afetadas em suas territorialidades, se submetendo a estruturas espaciais de poder que interpretamos como sistemas territoriais. Alguns sistemas territoriais da economia popular, passam a ser permeados e articulados por práticas de ilegalidade (Simas, Bartoli, 2023; Bartoli, 2023). Isso instiga a Geografia e demais ramos das ciências humanas, a realizar esforços para co-construção, junto às sociedades locais, de “ferramentas” que visem melhorias da governança popular. Essa construção “de dentro”, e/ou “das margens”, como preferimos nomear, deve ir de encontro com as dominantes estratégias da “modernidade-colonialidade”, que impõem a objetificação dos sujeitos, tornando-os passivos (Dussel, 2018).

Corroborando com os processos coloniais, inúmeras iniciativas de economia florestal e bioeconomia tem introduzido uso de aplicativos de *smartphones*. A proliferação dessas ferramentas digitais pelo universo corporativo (frações do capital comercial e financeiro), tendem a acelerar o processo de *smartificação do território* (Covas; Covas; Dallabrida, 2019). Isso causa progressiva implementação de signos distintivos e iconografias digitais para representar realidades complexas (que passam a ser simplificadas), excluindo populações do direito de representação própria. Esse tipo de estratégia absorve populações para a “gestão” mercadológica do território, cuja intenção é a de esvaziar sentidos de suas lutas sociais (vide recentes escândalos envolvendo os mercados de crédito de carbono⁵), retirando das populações locais o protagonismo para formação de resistências. Nesse interim, é prudente estarmos alertas em como as ferramentas de governança no território podem se tornar enviesadas por interesses alheios aos das populações interioranas, cujas frentes hegemônicas podem articular a produção

⁵ Escândalo como a fraude em mercado de carbono que grilou 500 mil hectares de terras no sul do Amazonas, foram muito divulgados recentemente <https://amazoniareal.com.br/fraude-de-mercado-de-carbono/> Acesso em 30 abr. 2025.

da imaginação geográfica a partir da concepção neoliberal (com uso das ferramentas digitais), gerando uma pseudoparticipação (Souza, 2006).

Com participação crescente de empresas, setores do estado, organizações não governamentais (ONGs) e universidades, o galopante processo em curso prepara terreno para novas etapas de “governança”, destituindo e camuflando os embates pelos *comuns*⁶ recursivos amazônicos. Tais cenários reforçam a necessidade da criação de inovações institucionais, com entendimento das redes de sociabilidade.

Formam-se, portanto, nessa miríade de interferências territoriais colonizadoras, situações geográficas, definidas por Cataia e Ribeiro (2015) como nexos entre horizontalidades e verticalidades nos lugares, precipitados por impulsos globais por um lado e, por outro, cristalizações de heranças de usos populares que se atualizam. Interessamos averiguar a maneira com que redes de sujeitos que transitam entre as cidades e interiores, resistem ao processo de des-re-territorialização.

Becker (2009, 2013) desenvolve um paradigma analítico para o desenvolvimento da Amazônia com base em cidades. O comércio existente baseado apenas em recursos locais, não seria hoje capaz de estimular rede necessária para a dinamização dos fluxos. A autora frisa que as cidades devem superar os imperativos dos lugares centrais ao se inserir na rede de cidades com base no trabalho novo, associado aos serviços de alto valor agregado. Isso ocorre quando novas tecnologias permitem a comunicação em quase todas as cidades, e as relações passam a ser mais horizontais, tornando o espaço de fluxos determinante na produção socioespacial contemporânea (Becker, p. 22). A proposta, inclui estratégias produtivas (num sentido voltado à competição global), e não apenas a conservação florestal. Seria necessária a recuperação de cidades como nós logísticos das redes tangíveis e intangíveis para a criação de cadeias produtivas completas com base em produtos regionais, com embasamento em Ciência, Tecnologia e Informação. Além disso, outras possibilidades são levantadas como o desenvolvimento de serviços específicos em cultura e formação de indústria criativa.

Becker (2008, 2009) destaca que ocorreu nas últimas décadas do século XX, uma transposição de paradigma para busca de desenvolvimento. A novidade reside na emergência do chamado vetor tecno-ecológico na busca de desenvolvimento sustentável,

⁶ Uso do termo *comuns* no plural visa distinguir do debate sobre o *comum* feito por Dardot e Laval (2017), muito mais amplo e também necessário.

que seria o novo modo de produzir valorizando a natureza como realização atual e/ou futura da reprodução do capital. Destaca ainda a emergência de projetos de múltiplos atores, cuja viabilidade repousa, em grande parte, na tecnologia das redes de comunicação. A sociedade civil em organização, passou a construir experiências alternativas comunitárias embasadas na sócio-biodiversidade, resultando em novos recortes territoriais.

Bertha Becker (2009) esclarece que a articulação do complexo urbano ao complexo verde na Amazônia deve ocorrer a partir da iniciação de um novo modelo pós-fordista. Ressalta a utilização do capital natural com base em C&T, com cidades conectadas em rede que comporão uma frente de inovação. Afirma ainda que, para o desenvolvimento de cidades, não bastaria ocorrer o crescimento da produção de *commodities*, novas ou existentes, com a permanência da divisão do trabalho e reprodução e reciclagem da economia passada, “trabalho velho” no dizer da autora (Becker, 2009, p. 72). Defende a produção de “trabalho novo” que, capaz de alterar tal divisão do trabalho, leva ao território à inovação e maior dinâmica econômica (Becker, 2009).

Com méritos de ressaltar a urgência de articular as cidades em rede, fortalecendo-as como lugares centrais, organizando cadeias produtivas e complementares, nota-se que pouca atenção é dada à “constelação” de comunidades ribeirinhas, vilas e territórios indígenas que circundam diversos centros urbanos. Áreas de povoamento antigo com padrões específicos de uso da terra e territorialidades ligadas ao uso de rios, matas, várzeas, lagos e diversos outros socio-ambientes, tem sido cada vez mais considerados em estudos sobre a cidade e o urbano na Amazônia⁷. É necessário entender como ambientes interativos existentes na cidade, influenciam funcionalmente (e simbolicamente), territórios circunvizinhos, remodelando divisões territoriais e sociais em atividades mais valorizadas (Bartoli, 2017, 2020). Julga-se insuficiente o binômio analítico referente ao trabalho velho/trabalho novo. Ao interpretarmos as redes de sociabilidade, compondo sistemas territoriais mais amplos, entende-se que há evolução e hibridização contínua nas relações internas junto ao ambiente urbano. A difusão de esferas de consumo e extração de excedentes partindo das cidades (processo de urbanização extensiva – Sathler; Monte-Mór; Carvalho, 2009), tem impactado redes de famílias (Moraes, 2012, 2014).

⁷ O Observatório Amazonidades tem realizado esforços para construção de uma visão integrada do território, abrangendo pesquisadores de núcleos de pesquisa de toda a Amazônia brasileira.

Sistemas Territoriais, redes de sociabilidades e o entendimento das situações geográficas

O intuito do presente item é sistematizar resultados empíricos de nossa trajetória de pesquisas nos últimos cinco anos, visando realizar diálogo com teorias sociais que nos auxiliem na análise das trajetórias das famílias estudadas. Retoma-se contribuições de componentes e vertentes de estudos sobre redes sociais, traçando convergências e complementaridade com a abordagem territorial.

Desde 2019, dando sequência à proposta metodológica sobre o STUR (Bartoli 2017, 2018a, 2018b), estudos sobre o processo urbano foram aprofundados nas cidades pequenas do entorno de Parintins. Os resultados apresentados em publicações diversas (Bartoli, 2019a; 2019b; 2020a; 2020b; 2020c; 2021a; 2021b; 2022; 2023; Bartoli; Pinheiro, 2022) resumidamente, apontam características comuns entre os municípios pesquisados:

- 1) Aspectos físicos sub-regionais (relevo e relação com cursos fluviais): os principais rios navegáveis, condicionam o tipo de uso do solo e a distribuição da população, concentrando a maior parte da circulação e dos aglomerados humanos (rurais e urbanos) na faixa dos entornos do rio Amazonas⁸, onde: i) a dinâmica sazonal condiciona relações econômicas; ii) papéis na divisão territorial do trabalho são estruturados também pelos tipos de circulação fluviais e ribeirinhas; iii) comunidades situadas nos altos cursos dos rios são mais “fechadas” e voltadas para mediações e mercados das sedes municipais (cidades pequenas), possuindo baixa complexidade de funções produtivas e comerciais, mas apresentando variegada atividade extrativista, de caça, pesca e produção rural de subsistência; iv) comunidades e distritos localizadas nas proximidades do principal afluente (rio Amazonas), são mais “abertas” e dinâmicas na relação com a rede urbana.
- 2) Na análise dos espaços intraurbanos, sítios e morfologia urbana, disputas territoriais ocorrem: i) no controle das margens fluviais (privatizações das beiras de rio), fruto da territorialização que o capital mercantil tem sido preponderante; ii) apropriação desigual das beiras de rios, com não adequação do plano urbano às nuances do relevo, que não atende às necessidades locais de mobilidade por transporte fluvial (Bartoli, 2018b;

⁸ Para melhor entendimento do perfil e das dinâmicas da microrregião resumidos, indica-se aos leitores a consulta ao Atlas de Parintins (Bartoli; Pinheiro, 2022) que possui capítulos específicos sobre cada sessão.

Marques; Bartoli, 2020; Silva; Bartoli, 2019); iv) conflitos por atracagem de embarcações⁹.

3) Atividades laborais multifuncionais, compondo “forças” partindo das cidades para interiores e no sentido inverso, compõem a maneira com que o STUR realiza sua circunscrição espacial: a) força centrípeta: populações que migram dos interiores na busca de melhorias de renda e acesso a serviços e mercados ofertados nas cidades, são induzidas a novos contextos na cidade; b) força centrífuga: a economia urbana “impulsiona” novamente parte dos sujeitos aos interiores, que retornam com uma série de produtos industrializados, adquiridos nos comércios das cidades. A força centrífuga ocorre pela busca do complemento dual: através da demanda de produtos extrativos regionais ou produção rural e pecuária, a economia mercantil dominante influencia, financia, incentiva e de certa maneira “impulsiona” a economia popular do STUR usufruindo de seus saberes em navegar, coletar, pescar, etc.

4) As centralidades dos municípios e das comunidades conectadas a circuitos são afetadas por novos tipos de transporte e intensificação das trocas: a) lanchas de alumínio denominadas localmente como “expresso” ou “a jato” proliferaram reduzindo percursos dependendo da sazonalidade fluvial, que transformam centralidades tanto dos municípios como das comunidades conectadas nos trajetos; b) as cidades pequenas do entorno de Parintins possuem centralidade baixa¹⁰, limitando-se a atender demandas de seus entornos.

5) Perda de soberania alimentar com marcante a presença de produtos industrializados: a) alteração nos itens da dieta regional, cuja relação com os fluxos de embarcações do STUR (força centrífuga) possibilitam a distribuição de produtos.

Tais constatações foram analisadas a partir dos estudos de caso de subsistemas territoriais (coletivos de pesca, extrativistas, artesãos diversos e produtores de embarcações de madeira, etc.), não abarcaram uma das manifestações socioespaciais mais densas na Amazônia: as intrincadas e amplas redes familiares e de sociabilidade que transitam entre interiores e cidades, foco do presente texto. Necessitando de balizamentos teórico-metodológicos e adaptações, aprofundar a transescalaridade e a

⁹ No documentário Pescadores Urbanos apresenta-se resultado de um exercício de cartografia participante que evidenciou os conflitos por acessos de beiras de rios devido à intensa privatização. Acesse o Canal do Núcleo de Estudos Territoriais da Amazônia (NETAM):

<https://www.youtube.com/watch?v=jQX6uTE3EUg&t=40s>

¹⁰ Sugere-se a leitura do Atlas de Pequenas Cidades Mikropolitanas para comparação com outras regiões brasileiras.

multidimensionalidade são aspectos necessários para a abordagem territorial (Dallabrida; Rotta; Buttenbender, 2023).

Para isso, realiza-se diálogo teórico-metodológico com as ciências sociais, particularmente a sociologia. A tradição na análise de redes sociais (ARS), propicia entendimento de que as relações sociais produzem trocas de conhecimentos recíprocos entre os indivíduos, que a partir de interações repetitivas, favorecem a circulação de recursos (materiais e imateriais). Para Grossetti (2004), três escalas de ação são usadas para definir a categoria de análise pertinente ao objeto em investigação: a) autonomia dos indivíduos, que estão ligados uns aos outros por relações sociais, com posições em diversas redes e grupos em permanentes construções segundo contextos ao longo do tempo; b) autonomia dos recursos (material ou cognitivo), elemento primordial do capital social e também relacionados à autonomia na rede; c) autonomia das formas sociais, como agrupamentos de atores sociais que recombina-se permanentemente em grupos ou em sistemas de relações, por meio dos laços estabelecidos entre os indivíduos. Para “medir” tais escalas de ações, McCarty (2010) elenca como metodologia, descrever a densidade da rede, o grau de centralidade, a proximidade, a intermediação e os componentes a rede.

Em Scherer-Warren (2021), o estado da arte de estudos de redes sociais, deságua em adequações aos problemas de cada analista, onde emergem duas vertentes. A primeira privilegiando explicações para a estrutura social, e a segunda visando descrever as relações sociais primárias do cotidiano. Para unir as duas as vertentes, a autora propõe categorias (dimensões) para um entendimento integrado: (i) reciprocidade, relacionadas ao ciclo vital, sobrevivência, extensão e apoio às tarefas domésticas, apoio afetivo e fluxos migratórios (porém, não explicando as relações de poder); (ii) solidariedade, analisando desde ajudas mútuas (microescala) até a economia solidária e escalas nacionais de solidariedade; (iii) estratégica, com ênfase na dimensão política das redes (movimentos sociais e esferas públicas), cujas articulações da sociedade civil (empoderamentos diversos); (iv) dimensão cognitiva, buscando entender o sentido das transformações sociais, onde surgem novas narrativas descentradas, dialógicas e interculturais, abordando tempos sociais diferenciados.

Para Marques (2013), sobre a relação entre redes de sociabilidade, segregação e pobreza, ao reduzir diretamente o acesso dos indivíduos a bens e serviços e ajudas que promovem seu bem estar, torna-se necessário a análise de mecanismos, que contribuem

para a produção (e reprodução) de desigualdades de resultados. Ao mediar diferentemente o acesso dos indivíduos às estruturas de oportunidades, contribuem para a constituição de desigualdades de oportunidades. Mecanismos (socioambientais, cognitivos ou relacionais – Tilly, 2001), são regularidades observadas em dinâmicas sociais que, diante de certas situações, levam a determinados resultados ou causam processos específicos.

As mudanças nas redes podem seguir padrões mais localizados e conjunturais ou mais estruturais, associados à trajetória e aos tipos de ambientes relacionais que os indivíduos tem acesso. As mudanças podem tanto criar (ou destruir) oportunidades para relações (o que podemos denominar oportunidades relacionais), como mudar o ambiente em que elas ocorrem, contribuindo para a alteração dos conteúdos dos vínculos (Marques, 2013, p. 176).

Esse é um ponto chave em nossa discussão, presente em nossa hipótese. Para Marques (2010), a análise resulta em tipologias de redes, umas mais isoladas e precárias, outras com média integração, variando de acordo com gênero, faixa etária e classe social. Conclui apresentando significativa diversidade em termos de forma de estruturação das redes sociais e padrões de sociabilidade e diversidade, sugerindo elevada heterogeneidade de situações. Enfatiza que “é a propriedade das redes que dá formato conceitual à evidência empírica de que, por mecanismos diversos, pessoas com atributos comuns têm maior probabilidade de criar e manter vínculos entre si (Marques, 2010, p.44)”. Em diálogo sobre o método para esse tipo de pesquisa, propõe uma ontologia relacional, partindo das redes pessoais de famílias, apontando dimensões temporais das redes (mais longas, mais fortes, mais ou menos coesas, etc.). A estrutura territorial, os espaços e a pobreza heterogênea permitiram caracterizar a pobreza na cidade de São Paulo, cujo padrão é radial e concêntrico. Nesse sentido, esferas de sociabilidade são espaços reconhecidos na constituição das redes: amizade, família, vizinhança, estudos, profissão/trabalho, diversão e associatividade.

Como aponta Marques (2010), ao trazer os padrões de relações das redes de sociabilidade para o centro da investigação das situações sociais, permite-se construir um nível intermediário de análise. As redes sociais estudadas pelo autor, buscaram se afastar tanto de interpretações estruturalistas e holistas (com ênfase na economia e mercado), assim como das perspectivas individualistas e atomistas, focadas nos atributos individuais dos sujeitos, propondo dimensões relacionais que buscam articular análise dos sujeitos nos contextos concretos, a partir dos quais eles operam. Essa é útil pois, nos sistemas territoriais amazônicos, o estudo das situações sociais em análise, buscam esclarecer o

intermédio entre verticalidade e horizontalidades (Santos, 2004). Incorporar na análise dimensões macro e micro referentes às redes de sociabilidade, requer análise das dimensões das práticas espaciais e do cotidiano.

Para caracterizar as redes, variáveis atributivas são usadas para entendimento de redes intencionalmente construídas, como associações, movimentos sociais e grupos de identitários, ou, para a natureza de relacionamentos entre sujeitos. Sobre esse segundo grupo de variáveis, investiga-se os mudanças e permanências nos atributos de parentesco, vizinhança, amizade, migração relacionados a atividades laborais.

A espontaneidade das relações sociais como formas de resistência, tem sido um dos maiores desafios para ciências sociais. Estudos de formas não institucionalizadas de governança de territórios na Amazônia, demonstram que há gestão coletiva em ambientes rurais, ocorrendo governança fora do aparelho estatal. Rezende, Fraxe e Witkoski (2020), abordam a gestão do território não formal numa comunidade amazônica, onde camponeses-ribeirinhos produzem conjecturas pautadas no etnoconhecimento, com criação de estratégias de conservação populares não formalizadas institucionalmente. Economias étnicas e coletivos situacionais, na maior parte liderados por mulheres, tem propiciado outras vertentes acadêmicas pós-coloniais visando demonstrar a potência contestatória dessas redes de movimentos (Cusicanqui, 2006). Insurgências diversas não institucionais, foram mapeadas por Zibechi (2010), que analisa a capacidade de ação de setores às margens da sociedade. O autor coloca as famílias como elementos dinâmicos e centrais nas periferias populares, onde existem infinidades de empreendimentos que conformam uma economia paralela. Sobre a propriedade familiar ou coletiva dos meios de produção:

En algunos casos, consiguen crear mercados populares, como espacios en los que predominan los valores de uso, que permiten tejer vínculos horizontales entre productores urbanos y rurales, y entre las más diversas producciones de las periferias: desde mercancías hasta formas de comunicación, entretenimiento, afirmación de las identidades, de los cuerpos (Zibechi, 2010, p. 135).

O foco nesse tipo de cooperação reticular entre cidades e interiores é trivial para pensarmos patrimônios relacionais das famílias. Recomposições de relações sociais são interpretadas por Zaoul (2010) a partir da noção de sítios de pertencimento, onde ativações de práticas não mercantis preenchem as fraquezas do mercado, que ocorrem na ausência da diversidade de modos de coordenação que mobilizem regras, convenções, práticas e instituições que garantam laços coletivos. Para Zaoul (2010), tais

“economias dissidentes” apoiam-se na capacidade auto-organizativa dos atores locais, cuja espessura antropológica do território é assegurada por uma coesão cognitiva, que cria confiança entre os sujeitos.

Em análise de rede temática¹¹, relativa ao manejo do pirarucu no município de Fonte Boa (calha do rio Solimões - AM), Carvalho (2014) aponta ser o manejo da espécie o principal elo articulador entre a cidade, o urbano e a região. A produção e organização espacial engendradas são construídas por movimentos sociais, Igreja Católica, comunidades ribeirinhas, etc., onde a rede urbana se consolida.

Padoch *et al.* (2008) encontram evidências de novas formas de arranjos familiares conectando áreas urbanas e rurais na Amazônia paraense, respondendo às oportunidades e restrições criadas pela infraestrutura limitada de serviços, emprego e mercados para produtos regionais na cidade. Os recém migrados para as cidades permanecem membros de famílias dispersas e multilocalizadas, mas continuam a participar de redes rurais-urbanas e de decisões sobre o uso do solo rural. Constatam que a manutenção de laços com lares rurais pelos novos moradores urbanos e a persistência de preferências, gostos e padrões de moradia rurais têm sido, em alguns sentidos, uma "ruralização" das cidades amazônicas.

Sobre essas relações entre cidade e campo na Amazônia, Schwade (2016) afirma que toda a borda da cidade em contato com o rio é espaço no qual se procura garantir vivência, envolvendo trocas materiais e imateriais, não constituindo apenas como fonte de matéria-prima. A partir do estudo de um bairro periférico na beira rio de Itacoatiara (AM), constatou que 60,33% dos moradores têm em suas propriedades e/ou rios e florestas fora de sua propriedade, fonte de recurso para abastecimento doméstico e 39,67% não tem nenhum deles como fonte de produtos para consumo próprio. Constata ainda que 45% dos moradores possuem moradia fora da cidade (sitio) / idas semanais, com relações intensas com parentes, que garantem acesso a espaços fora da cidade (Schwade, 2016, p.112).

Em relações sociais fundadas em interações repetitivas, produzindo conhecimentos recíprocos entre sujeitos, favorecem a circulação cidade-entornos como um recurso. Contudo, relações recíprocas são permeadas de conflitos e disputas territoriais, comprometendo as trocas e interações recursivas (economia dos vínculos).

¹¹ Esse tipo de metodologia é extremamente importante se quisermos reinterpretar o papel das cidades na Amazônia. É preciso investigar outros conjuntos de variáveis para melhor compreensão da rede urbana, propondo tipologias de cidades e superando recursos analíticos que se apoiam na dicotomia “rural-urbano”.

Segundo Grossetti (2004), aí reside o grande problema da ARS, que é o de saber em que medida um determinado conflito inibe a troca ou o compartilhamento dos recursos. Portanto, a contribuição da análise geográfica pautada na categoria territorialidade, propicia descrição de estratégias dos indivíduos em suas redes, guiadas por racionalidades, decisões de outros indivíduos e constrangimentos relacionais (mudanças de pessoas, desemprego, etc.).

O conceito de territorialidade para análise do processo urbano na Amazônia (Bartoli, 2017), enquanto chave interpretativa, nos permite averiguar ocorrência de territorialidades ativas, mais conscientes e com maior grau de liberdade de ações, ou territorialidades passivas, submissas a esferas locais de poder e com baixa capacidade de formulação de projetos e ações (Dematteis; Governa, 2005). O sistema territorial local é entendido como produto do processo de coevolução e interação de longa duração entre relações sociais e ambiente (Magnaghi, 2010), consolidado pela mediação do trabalho e da informação (Raffestin, 2009) e interpretado como sistema ativo (Dematteis; Governa, 2005).

As redes urbano-ribeirinhas como trunfos territoriais

Os *Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos*, contém territorialidades embasadas em relações com a socio-bio-geo-diversidade histórica, cada vez mais mediadas pelos arranjos territoriais urbanos contemporâneos multiescalares (Bartoli, 2017; 2018a; 2018b; 2019a; 2019b, 2020a, 2020b, 2020c, 2022, 2023).

Nos resultados de estudos recentes (Bartoli, 2023), o patrimônio territorial situacional foi interpretado a partir do conjunto de elementos (dimensões) que configuram sistemas territoriais. No transcurso das análises, constatou-se que relações transescalares situam o patrimônio em meio a relações de poder, potencializando o uso do termo territorial anexo à noção de patrimônio. Foi possível avançar na constatação de que a transformação de um recurso em patrimônio requer o alicerce de paradigmas críticos no interior da abordagem territorial. A situação em que determinado recurso se encontra, necessita do entendimento de como uma ou mais dimensões coevolutivas estão estagnadas, afetadas ou sob o controle de outras dimensões.

Isso implica que cada dimensão coevolutiva seja considerada no interior de arenas conflitivas relacionais situadas (ênfase na cidade e no fenômeno urbano), onde redes de sujeitos, cenários, eventos e intencionalidades diversos são, também, permeados de disputas paradigmáticas. Os mecanismos que envolvem determinados recursos territoriais sob as influências dos sistemas territoriais, podem indicar se o “uso” do patrimônio coincide com graus de liberdade, autonomia e governança, fornecendo diagnósticos para repensar o futuro de populações (Bartoli, 2023, p.72).

Para continuidade dos estudos do STUR, os discentes realizaram aplicação de formulários para caracterizar os perfis socioeconômicos das famílias. Visando obter aspectos multidimensionais e relacionais das redes (Quadro 1), embasaram a posterior co-construção da cartografia colaborativas. Uma questão de cunho geral orienta a reflexão: quais práticas territoriais podem ser interpretadas como trunfos rumo à maior autonomia territorial, e quais vertentes são passíveis de ativação/potencialização? No caso da importância das redes, outra questão norteadora: de que forma os indivíduos mobilizam as redes para obter ajudas e recursos variados em suas atividades cotidianas?

Quadro 1 – Vertentes do STUR e critérios de descrição das redes de sociabilidade

Continua

Vertentes da análise do modelo STUR	Critérios descritivos das redes familiares e de sociabilidade
i) zonal e topológico: conexões entre a cidade ao entorno sub-regional por meio de redes diversas através da navegação fluvial e ribeirinha;	a) condicionantes físicas e materiais: classificação de relevo, bacias hidrográficas e vegetação); sazonalidade dos rios; elementos de biogeografia
	b) descrição da rede e seus atributos: número de nódulos familiares (tamanho), intensidade de trocas e relações (coesão); tipo de concentração ou dispersão; diversidade dos contatos (localismo) distribuição entre a cidade e interiores (número de moradias em cada localidade); faixa etária e gênero.
	c) circulação na cidade, interiores e entre cidade/ interiores averiguar: custos, distâncias, dificuldades, problemas e aspectos culturais, tipos de embarcações (e se cumprem função de moradia).
ii) Estratégias e escalas de ação. Tipos de coalizão e relevância na mediação das ações, que se desdobram em práticas sobre o território	Como sujeitos se projetam sobre o território a partir de trocas, ajudas ou intercâmbios considerando: a) redes familiares: estipular o grau de importância dos parentes (nós da rede)
	b) relações de amizade: ocorrência de relações de compadrios ou de amizade nos bairros/comunidades; realização de festas, torneios de futebol, etc.;
	c) relações institucionais: existência de formas organizacionais e institucionais: cooperativas, associações, colônias de pescadores, partidos políticos, igrejas, grupos de pesquisas, coletivos de mulheres, LGBTQIAP+, indígenas, etc.
	d) Análise das forças centrífugas e centrípetas: relação entre forças que “impulsionam” sujeitos retornando a interiores, e as que atraem para a cidade.
iii) Produção e configuração do espaço urbano em bairros e localidades interioranas (fixos na rede)	Número e tipo de moradia (interior/cidade); tipos de bairros (ocupações irregulares ou antigos bairros); aglomerados palafíticos em suas relações com rios; tipos de fixos úteis para as ações (beiras de rios populares adaptadas para a navegação- trapiches, flutuantes, beiradões); praças, centros de convivência, sedes de instituições, cooperativas, igrejas, escolas; relação da moradia interiorana com entorno: ruralidades e ecossistemas base para ações.

Quadro 1 – Vertentes do STUR e critérios de descrição das redes de sociabilidade
Conclusão

Vertentes da análise do modelo STUR	Critérios descritivos das redes familiares e de sociabilidade
iv) Formação de circuitos econômicos	1) Atividades múltiplas da economia popular: a) na cidade: serviços, trabalhos temporários, pequenas produções, etc. b) nos interiores: agricultura, pesca, caça, extrativismo, etc. c) interações com as esferas de ação do capital mercantil ; d) Como são absorvidos na cidade (feiras, mercados, vendas em casa, boxes de rua, etc.); e) ocorrência de saltos escalares; f) ocorrência de redes de trocas não monetárias; g) quem impulsiona, financia ou encomenda sujeitos (forças centrífugas) e quais tipos de centrípetas.
	2) Buscar entendimento da manutenção de redes locais submissas ao capital mercantil dominante: a) drenagem de renda rural pela cidade; b) manutenção de redes de escoamento da produção funcionais à produção alienada; c) identificação de redes ilegais do capital mercantil ou economia popular.
v) Elementos simbólico-culturais	Traços da cultura cabocla e ribeirinha, indígena, quilombola ou de conhecimentos populares tradicionais ressignificados, absorvidos e hibridizados pela inserção/interação com o processo urbano. Festejos, culinária, linguagens iconográficas, termos herdados, mitologias, cosmologias, crenças populares, lugares sagrados, etc.
vi) Contextos <i>situacionais</i> ¹²	Eventos naturais, econômicos ou sociopolíticos que interferem nas redes: secas e cheias (eventos extremos), influência de auxílios governamentais, crises ou efeitos de políticas do estado, variações gerais de mercado (custo de vida, inflação, etc.), crises econômicas / políticas, etc. Entendimento de como tais instabilidades afetam as forças centrífugas e centrípetas .
vii) Polarização ¹³ , centralidades e fragmentação	Descrever qual ou quais núcleos mais próximos são os nós da rede mais importantes para a rede funcionar (compras, vendas, acesso a serviços e políticas públicas etc.). Quais novas centralidades aparecem com o maior contato com a cidade? Como as famílias passam a se conectar mais com a sede do que com outras comunidades, gerando fragmentação do território? Relação das forças centrífugas e centrípetas
viii) Conflitos e disputas territoriais	Conflitos e disputas por terras, áreas de pesca, extrativismo, formação de acordos de pesca, invasões de grupos a territórios comunitários, presença de atividades e circuitos ilegais, etc.

Fonte: organizado pelo autor

As análises em exercícios de cartografia colaborativas, realizadas entre junho de 2023 até o final de 2024, totalizaram construção de 14 relatórios, que incluem descrição etnográfica da trajetória de vida das famílias. Os formulários foram aplicados pelos alunos às suas próprias famílias, com posterior cartografia colaborativa. Tais aplicações ocorreram durante as disciplinas de geografia regional, geografia urbana e geografia econômica ministradas no curso de licenciatura em geografia da Universidade do Estado do Amazonas. A quantidade de casos estudados foi estipulada pela ocorrência de alunos com famílias que transitam entres interiores e a cidade. Os relatórios construídos pelos discentes do curso de Geografia, compõem um livro que será lançado no primeiro semestre de 2026, cuja

¹² Por situação geográfica, Silveira (1999, p. 25) aponta que “é resultado do impacto de um feixe de eventos sobre um lugar e contém existências materiais e organizacionais. Inovações técnicas e novas ações de empresas de força diversa, dos vários segmentos do estado, de grupos e corporações difundem-se num pedaço do planeta, modificando o dinamismo preexistente e criando uma nova organização das variáveis.”

¹³ A polarização se dá pela ação de uma ou mais unidade(s) motriz(es), caracterizada(s) por atividade(s) produtiva(s), sejam de transformação ou não, o que amplia a atratividade da aglomeração urbana por meio da criação de postos de trabalho, da oferta de bens e serviços especializados ou de condições de vida diferenciadas. Essa polarização pode ser de crescimento ou desenvolvimento (Stamm *et al.*, 2017).

discussão se embasa na utilidade deste tipo de diagnóstico para a construção de estatutos territoriais. Seguindo a sequência do Quadro 1, os resultados foram obtidos através de: exercícios de cartografia colaborativa e posterior análise da rede cartografada e seus atributos; aplicação de formulários e análise de registros fotográficos; transcrição de entrevistas e relatos orais de moradores locais. Indicam, de maneira geral, que:

- i) O tipo de relevo e rios que as famílias e amigos se relacionam e estão assentados (comunidades, vilas, distritos, aldeias), formam condicionantes a diversos tipos de práticas espaciais: pela variedade de mosaicos paisagísticos, os usos de florestas e águas para práticas de extrativismo, caça e pesca, varia de acordo com o sítio, impossibilitando detectar padrões gerais de territorialidades; sobre os impactos das secas de 2023 e 2024 (eventos extremos), os relatos foram unânimes: perda de lavouras, dificuldade de mobilidade na navegação fluvial, encarecimento de bens básicos da cesta básica; a distância das sedes urbanas implicam em altos custos de manutenção das redes de sociabilidade, seja pelo tempo despendido ou pelo valor do deslocamento fluvial; quanto à forma, tais redes apresentam heterogeneidade, com tamanhos e intensidades de relações variados, cuja intensidade das interações sofre variações de acordo com realização de atividades sazonais (pesca, extrativismos, etc.) ou produções rurais;
- ii) As escalas de ação e práticas territoriais demonstram a importância das redes familiares e de sociabilidade devido a diminuição da variedade de produtos produzidos pelas famílias. Trocas de serviços laborais ainda são intensas, com amigos e parentes alternando ajudas em roçados, colheitas e manejo de gado. Mas, as empreitas (diárias pagas para tarefas combinadas), confirmam que este tipo de relação monetária, tem se tornado a mais utilizada, denotando enfraquecimento das redes. A existência dos chamados puxiruns (coletivos em mutirões de ajuda comunitária), foram relatados apenas nos eventos festivos, o que demonstra enfraquecimento das relações de cooperação fora das redes de sociabilidade. Todas as redes apresentam núdulos na cidade como referência crescente em suas dinâmicas, fato apreendido a partir da análise das trajetórias das famílias. Fora das festas, nenhuma ação vinculada a coletivos foi registrada, o que reforça a necessidade de “calibrar” nossa percepção para as redes de sociabilidade como elementos de governança.
- iii) Na produção do espaço urbano, o acesso a moradias através de ocupações irregulares em periferias recentes das cidades, foi relato comum, da mesma forma que se percebe o

déficit habitacional em demanda dos casais mais jovens. Isso implica formação de moradias multifamiliares, onde diversas pequenas atividades laborais são encontradas, corroborando com os resultados de Souza (2024). Apesar desse quadro, apresentaram manutenção de vínculos de intensidades variadas com territórios de origem, onde, para além da necessidade de obter sustento dos interiores, os aspectos afetivos foram relatados como mecanismos de persistência das famílias, que não desejam romper vínculos “umbilicais” com suas origens. Mantém-se, dessa forma, moradias conectadas e situadas (uma casa na cidade, e outra nos interiores);

iv) Redes de ajuda mútua, trocas não monetárias e adaptações técnicas para produção e colheitas, foram relatadas em todas as redes; a produção de subsistência entre camponeses ribeirinhos consta como atividade em declínio, mas muito significativa e presente nas redes de trocas e comércio. A maioria dos circuitos produtivos para o mercado cartografados, tem destino a sede municipal.

v) A influência de modos de vida urbanos, e as resistências simbólico – culturais, são aspectos aprofundados na segunda etapa da pesquisa (em andamento).

vi) A forma, tamanho e coesão das redes sofreram alterações drásticas a partir do processo recente de êxodo rural (metodologia de descrição etnográfica das trajetórias das famílias). Os eventos familiares mais citados que impactaram nas redes, foram: a mudança dos avós por motivo de doença para a cidade, dos pais por motivos de emprego, e migração de jovens para acesso ao estudo; os efeitos de duas secas extremas nos anos de 2024 e 2025 também fazem parte da segunda etapa da pesquisa.

vii) Em todos os casos, a interação com outras comunidades interioranas tornou-se inexistente, sendo a cidade o principal nóculo de interação qualitativa e quantitativa. O grau de fragmentação dos territórios interioranos não é possível de ser diagnosticado com insuficiência de amostragens, embora transpareça.

viii) A quantidade de conflitos tem crescido nas últimas décadas. A lógica privatista do uso do território, entra em confronto com os modos tradicionais de circulação anteriores às introduções de cercas. Comunitários que adentram em “terreno de fulano” para caçar ou coletar castanha, tem gerado atritos entre os comunitários. Outros tipos de conflitos mais citados são: roubo de gado; invasão de gado a terrenos de outros proprietários; invasão de pescadores a locais sobre influência de outras comunidades.

Considerações finais: bases para se pensar em estatutos territoriais

A inexistência de coletivos organizados (cooperativas, associações ou movimentos socioterritoriais), nas áreas em que as redes de sociabilidade estão assentadas, fomenta uma falsa percepção sobre os papéis das iniciativas dessas redes no ordenamento territorial. O artigo contribui para desmistificar essa aparente “espontaneidade” das práticas espaciais, que são resultantes de ordenamentos orquestrados por vínculos (funcionais ou afetivos), formando territórios de vida. Retoma-se a hipótese, confirmando-a apenas nas amostragens realizadas. Se por um lado as comunidades e vilas interioranas passam por esvaziamento (êxodo) e possivelmente fragmentação das relações horizontais, por outro, as redes de sociabilidade se reconfiguram, tendo a cidade como nódulo referencial para práticas espaciais, acesso ao sistema de ensino e saúde e lutas por moradias, criando circuitos com mercados e processos urbanos diversificados.

Quanto à metodologia, destaca-se a qualidade do diagnóstico realizado pelos discentes do curso de geografia: a análise de mecanismos, trajetórias de vida e oportunidades para relações de melhor qualidade entre cidades-interiores, as alterações dos conteúdos dos vínculos, fornecem base para pensar natureza do relacionamento dos sujeitos. Espera-se contribuir para que esse tipo de pesquisa se fortaleça dentro planos curriculares de disciplinas no curso de geografia da UEA, reforçando seu papel territorial, imanente a uma unidade não-metropolitana.

A contribuição teórica ocorre na introdução de novos elementos quantitativos e qualitativos na análise do STUR, com melhoria da análise multidimensional. Os avanços na dimensão social, atrelada a aspectos materiais das redes foram profícuos. Quantos aos trunfos territoriais, a existência de territórios alimentares, com considerável permanência da produção para subsistência, pesca, extrativismos e criações de animais, minimizaram os efeitos do desemprego urbano. Outro trunfo, o da circulação necessária, advém do fato de que relações não monetárias são elementos presentes nas redes: trocas de produtos/alimentos e as redes de ajuda são configuradas no ir e vir de embarcações do STUR. Essa capacidade de mobilização dentro da rede, constitui uma energia social raramente considerada, seja no meio acadêmico ou em políticas públicas.

Cientes de que as pesquisas em andamento são amostras de fragmentos compondo a complexidade do STUR, não passíveis de generalizações pela limitada aplicação, surgem outras questões amplas e desafiadoras:

- 1) Quanto às esferas do papel mediador das cidades, a análise de novas centralidades propicia base para propostas de maior integração horizontal entre as comunidades, e entre comunidades e a sede municipal. Como minimizar os efeitos da dependência de alimentos importados? Os mecanismos (forças centrífugas e centrípetas), mediam o acesso dos indivíduos a diversas estruturas de oportunidades e manutenção de vínculos territoriais. Nos casos estudados, estão relacionados às forças colaborativas internas às redes. Outros tipos de canais de representação, diálogo e comunicação devem ser pensados por políticas públicas e movimentos populares para desenvolvimento desse tipo de cidade na Amazônia. As cidades (de dinâmica ribeirinha e fluvial), podem estar melhor “preparadas” para “acomodar” virtuosamente as dinâmicas dessas famílias e suas redes.
- 2) Quanto às áreas que as práticas das redes abrangem, em seu escopo sub-regional, é necessário melhorar a autonomia relativa dessas populações frente ao crescente quadro de vulnerabilidade. Pela prevalência das atividades relativas ao capital mercantil (que se beneficia do atraso), que desvaloriza a produção/extrativismo de camponeses-ribeirinhos, drenando suas rendas, o desafio de melhorar a mediação (multidimensional) qualitativa no STUR, parece-nos elemento central no debate.
- 3) Quanto à baixa capacidade de inovação institucional, o paradoxo apontado por Zibech (2010), é pertinente: ao identificar ambientes criativos e dinâmicos, como evitar que tais forças transformadoras sejam solapadas e “congeladas” ao serem institucionalizadas? Considera-se que forças sociais cooptadas por políticas públicas, ONGs ou organizações religiosas, tem suas energias drenadas e suas inteligências reticulares situacionais restringidas. Estatuto de territórios, com base em inteligências colaborativas situadas podem ser pensados a partir dos sujeitos.

Referências

- BARTOLI, E. **O Retorno ao Território a partir da cidade:** Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM). 2017. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, 2017.
- BARTOLI, E. Cities in the Amazon, Territorial Systems and the Urban Network. **Mercator**, v. 17, e17027, p. 1-16, 2018a.
- BARTOLI, E. Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM). **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 169-185, 2018b. DOI: <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2018.18865>
- BARTOLI, E. Tilheiros: carpintaria naval e sistemas territoriais em Parintins-AM. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), v. 51, p. 43-62, 2019a. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v51i0.62810>
- BARTOLI, E. Territorialidades Urbano-Ribeirinhas: o Sistema Territorial pesqueiro de Parintins (AM). **GeoNorte**, v.13, 2019b.
- BARTOLI, E. Cidades Pequenas na Amazônia e Ordenamento Territorial: Redes de Sujeitos Locais e as Redes Urbanas de Uruará (AM) e São Sebastião do Uatumã (AM). **Geoiंगा**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 12, n. 1, p. 80-105, 2020a. DOI: <https://doi.org/10.4025/geoiंगा.v12i1.50956>
- BARTOLI, E. Cidades pequenas na Amazônia: sítio, situação e sistemas territoriais de Barreirinha (AM). **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n. 19, p. 132-157, 2020b. DOI: <https://doi.org/10.17127/got/2020.19.006>
- BARTOLI, E. Cidades na Amazônia: Centralidades e Sistemas territoriais na sub-região do Baixo Amazonas (AM). **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, v. 20, p. 1 - 27, 2020c. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.17823>
- BARTOLI, E. A sub-região do baixo Amazonas e Boa Vista do Ramos/AM: Cidades pequenas e sistemas territoriais. **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 5, n. 19, 10 set. 2021a. DOI: <https://doi.org/10.15210/pixo.v5i19.21702>
- BARTOLI, E. Funções urbanas na faixa de fronteira amazônica: centralidade de Nhamundá (Am) e seus sistemas territoriais. **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 14, n. 1, 2021b. DOI: <https://doi.org/10.48075/geoq.v14i1.24480>
- BARTOLI, E. Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos: uma proposta metodológica para análise de cidades de dinâmica fluvial e ribeirinha na Amazônia. In: CASTRO, C. E. de; SOBREIRO FILHO, J.; SAQUET, M. A.; VINHA, J. F. de S. C. (org.). **Geografias Fora do Eixo: por outras Geografias feitas com práxis territoriais**. Londrina, PR: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022. p. 231-262.

BARTOLI, E. Patrimônio territorial na Amazônia urbano-ribeirinha: concepções situacionais a partir das margens. **Revista de Geografia**, [S. l.], v. 40, n. 4 (Especial), p. 120–145, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51359/2238-6211.2023.260674>

BARTOLI, E.; PINHEIRO, H. **Atlas de Parintins e Microrregião** – Planejamento Territorial e Urbano. Manaus: EDUA, 2022.

BECKER, B. **Amazônia**: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, B. Redefinindo a Amazônia. O Vetor Tecnoecológico. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

BECKER, B. Articulando o Complexo Urbano e o Complexo Verde na Amazônia. *In*: **Um projeto para a Amazônia no século 21**: desafios e contribuições - **CGEE** - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - Brasília, DF, 2009.

BECKER, B. **A Urbe Amazônida**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CARDOSO, P. M. A insustentável leveza do capitalismo “verde”. **e-cadernos CES**, n. 34, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.5824>

CARVALHO, D. A. Na curva do rio: o manejo sustentável do Pirarucu re-estruturando a rede urbana no rio Solimões. *In*: SCHOR, T. (org.) **Dinâmica Urbana na Amazônia** – v. 1. Manaus: Valer, 2014.

CASTRO, E. Saberes críticos sobre a América Latina a partir da perspectiva da Pan-Amazônia. **III Jornadas de Estudios de America Latina y El Caribe**, set. 2016.

CASTRO, C. E. de; SOBREIRO FILHO, J.; SAQUET, M. A.; VINHA, J. F. de S. C. (org.). **Geografias Fora do Eixo**: por outras Geografias feitas com práxis territoriais. Londrina, PR: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022.

CASTRO, C. E. de.; SODRÉ, R. B.; Do território múltiplo ao lugar comunitário. *In*: CASTRO, C. E. de; SOBREIRO FILHO, J.; SAQUET, M. A.; VINHA, J. F. de S. C. (Orgs.). **Geografias Fora do Eixo**: por outras Geografias feitas com práxis territoriais / Londrina, PR: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022. p. 51-76.

CATAIA, M. A.; RIBEIRO, L. H. L. análise de situações geográficas: notas sobre metodologia de pesquisa em Geografia. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 11, n. 15, p. 9–30, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5418/RA2015.1115.0001>

COVAS A. M.; COVAS, M.; DALLABRIDA, V. R. Os Signos Distintivos Territoriais e a Smartificação do Território: uma abordagem exploratória. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, abr. 2019.

CUSICANQUI, S. Metáforas y retóricas em el levantamiento de octubre. *Bolivian Studies Journal / RevistaE*, v. 14, 2006.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BUTTENBENDER, P. L. Fundamentos Epistêmico-Teóricos Convergentes com a Abordagem Territorial do Desenvolvimento. In: DALLABRIDA *et al.* (org.). **Abordagem territorial do desenvolvimento: proposta epistêmico-teórico-metodológica para construção do índice multidimensional da ativação do patrimônio territorial**. Cruz Alta: Ilustração, 2023. DOI: <https://doi.org/10.46550/978-65-85614-11-5>

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEMATTEIS, G.; GOVERNA, F. Il territorio nello sviluppo locale. Il contributo del modello Slot. In: DEMATTEIS, G.; GOVERNA, F. (org.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità**: il modello Slot. Milano: Angeli, 2005.

DUSSEL, E. ¿Son posibles muchas modernidades? Un diálogo sur-sur. In: LÓPEZ NÁJERA, V. (org.). **De lo postcolonial a la descolonización**: genealogías latinoamericanas. Ciudad de México: UNAM, 2018. p. 138–153.

FERNANDES, B. M. Do movimento social ao movimento socioterritorial. In: CASTRO, C. E. de; SOBREIRO FILHO, J.; SAQUET, M. A.; VINHA, J. F. de S. C. (org.). **Geografias Fora do Eixo**: por outras Geografias feitas com práxis territoriais. Londrina, PR: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022. p. 135-155.

FERREIRA, M. R. Inovação social e saberes outros: o que a construção do conhecimento formal tem a ver com isso? In: CASTRO, C. E. de; SOBREIRO FILHO, J.; SAQUET, M. A.; VINHA, J. F. de S. C. (org.). **Geografias Fora do Eixo**: por outras Geografias feitas com práxis territoriais. Londrina, PR: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022. p. 77-96.

GONÇALVES, C. U.; SAQUET, M. A. Editorial: Geografias fora do eixo. **Revista de Geografia**, [S. l.], v. 40, n. 4 (Especial), p. 1–3, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/260670>. Acesso em 17 jun. 2025.

GROSSETTI, M. **Sociologie de l'imprevisible**. Dynamiques de l'activité et des formes sociales. Paris: Presses Universitaires 2004.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022**.

LIMA, R.; AIALA, S. **Cartografias da violência na Amazônia**. São Paulo: FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2010.

MALHEIRO, B. C.; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. **Horizontes Amazônicos** – Para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MARQUES, R. O.; BARTOLI, E. Morfologia Urbana da Cidade de Barreirinha (AM) e Sistemas Territoriais: uma proposta metodológica. **Geografar - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR**, v. 15, p. 336-357, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5380/geografar.v15i2.71438>

MARQUES, E. **Redes Sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: UNESP: 2010.

MARQUES, E. Redes pessoais e pobreza em São Paulo. In: DIAS, L.; FERRARI, M. **Territorialidades Humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2013.

MCCARTY, C. La estructura en las redes personales **Redes. Revista Hispana Para El análisis De Redes Sociales**, v. 19, n. 2, p. 242-271, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/redes.262>

MORAES, A. **Peixes, redes e cidades**: aspectos socioambientais da pesca comercial de bagres no Médio e Alto Solimões - AM. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

MORAES, A. Embalando Mercados em Redes Urbanas: alimentação e pesca articulando cidades na Amazônia brasileira. In: SCHOR, T. (org.). **Dinâmica Urbana na Amazônia** – v. 1. Manaus: Valer, 2014.

PADOCH, C.; BRONDIZIO, E.; COSTA, S. M.; PINEDO-VASQUEZ, M.; SEARS, R. R.; SIQUEIRA, A. Urban Forest and rural cities: multi-sited households, consumption patterns, and forest resources in Amazonia. **Ecology and Society**. 13(2): 2. 2008. DOI: <https://doi.org/10.5751/ES-02526-130202>

RAFFESTIN, C. A produção das Estruturas Espaciais e sua Representação. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. S. **Territórios e Territorialidades**. Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

REZENDE, M. G. G.; FRAXE, T. P.; WITKOSKI, A. C. Território e o Modus Operandi da Governança nas Terras, Florestas e Águas de Trabalho na Comunidade São Francisco, Careiro da Várzea (AM). **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 42, p. 118–139, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6890>. Acesso em: 15 out. 2024.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SAQUET, M. A. Entre a “modernidade” e a “pós-modernidade”: a continuidade da colonialidade. In: CASTRO, C. E. de; SOBREIRO FILHO, J.; SAQUET, M. A.; VINHA, J. F. de S. C. (org.). **Geografias Fora do Eixo**: por outras Geografias feitas com práxis territoriais. Londrina: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022. p. 19-50.

- SATHLER, D.; MONTE-MÓR. R. L.; CARVALHO, J. A. M. de. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 11-39, jan-abr. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-63512009000100002>
- SCHERER-WAREN, Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L.; SIVEIRA, L. **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2021. p. 31–50.
- SCHWADE, M. A. Relações cidade e campo na Amazônia: trocas materiais e imateriais. In: OLIVEIRA, J. A. de (org.). **Dinâmica Urbana na Amazônia brasileira** – v. 4. Manaus, EDUA: 2016.
- SILVA, F.; BARTOLI, E. Capital mercantil, transportes fluviais e a rede urbana sub-regional de Parintins-AM. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 13, n. 1, p. 7-18, 2019.
- SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999.
- SIMAS, E. L. de S. A.; BARTOLI, E. Sistema territorial da madeira ilegal no município de Parintins – AM. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 5, n. 02, p. 306–326, 2023. DOI: <https://doi.org/10.46551/rvg2675239520232306326>
- SOUZA, M. L. **A prisão e a Ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SOUZA, C. G. **Dinâmicas das moradias: entre as ocupações Castanhal, Nova Conquista e as palafitas na cidade de Parintins-AM**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia – UFAM. Manaus: 2024.
- STAMM, C.; LIMA, J. F. de; SANTOS, M. S. Polarização e população: apontamentos teóricos. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 39, n. 1, p. 33-41, jan. 2017.
- TILLY, C. Mechanisms in the Political Process. **Annual Review of Political Science**, v.4, p. 21-41, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.4.1.21>
- VINHA, J. F. de S. C. Temas e paradigmas da Geografia agrária brasileira: contribuições do debate paradigmático aos estudos agrários. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 34, p. 71-86, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2021.v17i34.11623>
- ZAOUAL, H. O homo Situs e suas perspectivas paradigmáticas. **OIKOS** (Rio de Janeiro), v. 9, n. 1, 2010.
- ZIBECHI, R. **Territorios en resistencia**. Valencia: Baladre, 2010.

Recebido em 15/08/2025.

Aceito para publicação em 16/10/2025.